

A ELITIZAÇÃO DO ENSINO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Elizama Bernardino da Silva ¹
Ana Flávia Felix Costa ²
Antermógenes Freire Mendes ³
Manoelly Rodrigues da Silva ⁴

RESUMO

Uma das grandes influências na formação de um indivíduo é a educação dada pelo estado, ou seja, a educação escolar. Nesse sentido, o presente estudo aqui elaborado, tem como objetivo principal discutir o andamento do ensino público brasileiro e sua principal função perante o meio social. Um breve percurso será feito, mostrando como a educação brasileira surgiu, como ela se modificou e se apresenta nos dias de hoje. Será tratado também o conceito de meritocracia na sociedade brasileira e onde se encontram os melhores desempenhos escolares. O estudo tem um cunho bibliográfico e visa contribuir para uma reflexão social, deste modo, ajudando a repensar o sistema educacional enquanto educadores e futuros educadores do ensino público brasileiro.

Palavras-chave: Ensino público, Meritocracia, Educação.

¹ Graduanda do Curso de Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, elizama.bernardino.2019@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba- UEPB, nafla05@hotmail.com;

³ Graduando do Curso de Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, antermogenes@gmail.com;

⁴ Graduanda do Curso de Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, manoelly_silva@hotmail.com;

INTRODUÇÃO

Quando se pensa que a educação modifica a formação do indivíduo, é pensado que essa modificação vem sempre de forma benéfica. Sobretudo, ao olhar para o surgimento do ensino, no que diz respeito a educação brasileira, é notável que o papel primordial era docilizar o “homem selvagem”, ou seja, tornar dóceis os nativos que já habitavam o Brasil antes mesmo do Brasil ter se tornado este país, calcado em cima de violência e imposições perante os europeus.

O intuito do ensino se caracterizava em uma mudança de valores e culturas, descartando a cultura dos nativos ao impor a cultura europeia como central e verdadeira.

O trabalho de catequização e conversão do gentio ao cristianismo, motivo formal da vinda dos jesuítas para a Colônia brasileira, destinava-se à transformação do indígena em “homem civilizado”, segundo os padrões culturais e sociais dos países europeus do século XVI, e à subsequente formação de uma nova sociedade. (NETO; MACIEL, 2008, p. 174).

Certamente, o ensino brasileiro, desde a invasão portuguesa, passou por uma modificação enorme até chegar ao ensino na educação de hoje em dia. Porém, é válido repensar a escola pública que existe atualmente: a educação tem sido fator de uma ascensão social para quem é socioeconomicamente menos favorecido na sociedade ou apenas tem perpetuado a desigualdade entre classes?

Ao decorrer da história em um mesmo país, temos mudanças de cenários e costumes em cada geração, tornando-se difícil, às vezes, fazer certas comparações com o passado e o cenário atual, ou até mesmo o não-conhecimento da história do passado. Com isso, há uma submissão a repetições de alguns erros. Ao comparar o ensino da educação brasileira, trazida pelos portugueses no início da invasão, à educação escolar que existe nas escolas hoje, talvez, se não for feita uma boa análise, não será possível ver suas semelhanças e adaptações para o funcionamento atualmente.

No âmbito educacional há uma disparidade entre as duas modalidades de ensinamentos básicos: o ensino público e o ensino privado. Fator esse que comprova que a elite ainda domina a educação. A educação pública sofre um sucateamento, enquanto na educação privada há os melhores desempenhos de escolaridade e alfabetização. Nesse sentido, é notável, ainda assim, um discurso sobre meritocracia para atingir lugares com mais reconhecimento na sociedade através da educação escolar.

Para o sociólogo francês, Pierre Bourdieu, a escola perpetua e fortalece a elite, ou o que o filósofo e sociólogo Karl Marx chamaria de “burguesia”.

Se considerarmos seriamente as desigualdades socialmente condicionadas diante da escola e da cultura, somos obrigados a concluir que a equidade formal à qual obedece todo o sistema escolar é injusta de fato, e que, em toda sociedade onde se proclama ideais democráticos, ela protege melhor os privilégios do que a transmissão aberta dos privilégios. (BOURDIEU, 1998 p.53)

Ou seja, para Bourdieu o ensino escolar não serve de forma emancipadora, mas tão somente ajuda a legitimar as desigualdades sociais, dando aos menos favorecidos socioeconomicamente, um lugar menos valorizado na sociedade e aos mais elitizados, o topo. Bourdieu nos ajuda a repensar o ensino que está sendo perpetuado e qual a mudança que a sociedade está percorrendo, ou talvez pensar se está mesmo havendo alguma mudança.

Diante dessa realidade apresentada, o objetivo principal é tentar olhar para a educação pública como algo que pode ser mudado para tornar-se emancipador e não somente para perpetuar desigualdades sociais. Pois a escola tem um papel bastante importante socialmente, que deve ser usado para uma elevação intelectual e não para reprodução de uma classe dominante.

METODOLOGIA

A pesquisa teve como enfoque estudos bibliográficos. Sendo assim, para esclarecer melhor a temática deste artigo, fora usado alguns artigos acadêmicos e grandes pensadores do âmbito educacional, como um embasamento teórico para descrever a área escolar do ensino básico brasileiro. Os estudos persistiram em leituras iniciais para entender o que seria uma educação emancipadora e assim poder dialogar com a realidade que se perpetua no país.

O presente artigo também contou com alguns dados colhidos no site do Ministério da Educação (MEC) para uma maior comprovação do assunto aqui tratado, a fim de propiciar um melhor entendimento sobre o quadro educacional.

DESENVOLVIMENTO

A constituição brasileira, no artigo 205, garante uma educação gratuita e de qualidade a todos os brasileiros, entretanto, é sabido que a educação no Brasil não chega a todos os cidadãos. Há uma classe mais baixa que sente as dificuldades de um ensino público de qualidade.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

A educação brasileira é dupla e essa duplicidade não é igualitária. Pode-se ver claramente uma divisão no ensino básico. De um lado há o ensino público, oferecido pelo estado e resguardado pela constituição brasileira.

Art. 205 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, CONSTITUIÇÃO, 1988, p. 137).

E por outro lado, há o ensino privado, que é reservado para a classe média e a classe alta brasileira. Isso faz lembrar da Grécia Antiga, onde os sofistas eram pagos para ensinar a oratória a quem tinha melhores condições financeiras na Polis. O ensino repassado pelos Sofistas aos seus alunos tinha um papel importantíssimo na sociedade Ateniense, pois era através desse ensino que os alunos poderiam ter uma maior ascensão na sociedade Grega e participar mais ativamente das discussões políticas na praça pública da cidade.

O ensino privado tende a ser a base de um investimento para uma ascensão social, pois é nesse ensino que é investido um englobamento maior de conhecimento, assim como os alunos do ensino privado, em sua maioria, têm um maior acesso a cursos de línguas estrangeiras, visitas a museus, teatros, entre outros fatores que somam em um melhor aprendizado educacional.

No ensino público, muitas vezes a realidade socioeconômica do aluno é negligenciada pelo professor. Isso acontece quando o educador não busca entender e conhecer seus alunos. Para Paulo Freire, o papel do professor é bem claro:

O professor deve ser um mediador de conhecimentos, utilizando sua situação privilegiada em sala de aula não apenas para instruções formais, mas para despertar os alunos para a curiosidade; ensiná-los a pensar, a ser persistentes a ter empatia e ser autores e não expectadores no palco da existência. O aluno tem que ter interesse em voltar à escola no dia seguinte reconhecendo que aquele momento é mágico para sua vida. (Paulo Freire. 1993 p,71)

A relação professor-aluno não deve ser robótica, pois a educação escolar necessita mais do que uma aula expositiva sobre um determinado assunto. Sobretudo, o papel de um bom funcionamento passa longe de ser mérito somente do professor. Pelo contrário, na educação pública, o educador muitas vezes não consegue desempenhar o seu papel com eficiência, pois também é atingido pelo sucateamento que o sistema imprime às instituições educacionais. Exemplo disso são os salários baixíssimos dos profissionais da educação básica, a má formação, a falta de estrutura nas escolas, a superlotação de alunos em sala de aula, a falta de autonomia e assim por diante.

Os desafios enfrentados pelo professor não são poucos e estão longe de ser fáceis, porém, é preciso, antes de mais nada, identificá-los para poder enfrentá-los. A culpabilização aos alunos no ensino público básico é muito comum, entretanto, é preciso ter cautela. Muitas vezes é ouvido que o desinteresse escolar e o desinteresse para ocupar um cargo mais elevado na sociedade, parte do aluno. Outras vezes é o professor que tem a culpabilidade, o que não pode ser verdade, já que os educadores e educandos estão no mesmo barco ao serem atingidos por uma má gestão governamental.

Como uma medida para “tentar solucionar” o problema da desigualdade no ensino básico, o governo do estado inseriu as cotas raciais e socioeconômicas nas universidades públicas, em uma tentativa de inserção de pelo menos uma pequena parcela da classe mais baixa dentro do ensino superior. Porém, essa parcela ainda é mínima e as desigualdades ainda são esdrúxulas. A educação brasileira pertence a quem possa pagar por ela, caso contrário, a realidade é um sistema educacional defasado.

As cotas são uma garantia mínima de entrada no ensino superior, mas não são garantia de permanência dos alunos, pois, muitas vezes, os alunos com renda mais baixa não têm condições para uma permanência em uma universidade pública por causa da carga horária e locomoção, entre outros fatores. Muitos jovens ainda precisam trabalhar e conciliar o tempo com uma universidade, não sendo uma tarefa fácil.

É visto que o desempenho sempre será mais baixo do que um aluno que saiu do ensino privado, já que o aluno do ensino privado leva toda sua bagagem do ensino básico para o uso no ensino superior. Estando no mesmo nível, o aluno do ensino público e o aluno do ensino privado ainda terão uma disparidade, pois o aluno do ensino público está sempre atrasado, enquanto a educação pública brasileira não solucionar os problemas básicos da educação pública.

Nesse sentido, como é possível falar de uma meritocracia, se as oportunidades dadas são muito diferentes? Segundo Vasconcelos “os altos índices de evasão nos cursos universitários significam que não se pode simplesmente garantir o acesso à universidade sem oferecer alguma sustentação” (Vasconcelos; Silva, 2005, p.465). O estado deve garantir mudanças para que torne possível o funcionamento de cotas, além de tentar amenizar a necessidade de haver cotas, buscando dessa forma um equilíbrio nas classes sociais no que diz respeito às oportunidades.

A meritocracia, quando se fala de ensino público e ensino privado para ocupar cargos públicos ou vagas em universidades, não pode e nem deve ser legítima, pois, nesse sentido, a meritocracia não existe, se não for dado as oportunidades iguais para os dois lados de ensino.

Há uma necessidade de a educação ser democrática para ser falado em meritocracia, enquanto for carregado um ensino que seja dual, não será possível colocar em um mesmo patamar de igualdade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É inegável que, atualmente, no Brasil, a educação escolar tem abrangido mais cidadãos, diminuindo a taxa de analfabetos no decorrer dos anos, e capacitando mais brasileiros na educação escolar. Segundo dados colhidos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) obtidos através do portal do Ministério da educação (MEC): a taxa de analfabetismo entre as pessoas de 15 anos de idade ou mais caiu de 11,5%, em 2004, para 9,7% em 2009, sendo o analfabetismo funcional, para essa mesma faixa etária, de 24,4% para 20,3%

Entretanto, no ensino básico público, pode-se notar um desempenho inferior dos alunos em comparação com os alunos do ensino privado, que estão sempre ocupando as melhores vagas nas universidades federais e estaduais. De acordo com uma reportagem do site G1-Globo, publicada no ano de 2015, foi analisado que, no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2014, as melhores notas e desempenhos vieram de escolas privadas de alto nível econômico.

O nível socioeconômico dos estudantes foi divulgado pelo segundo ano consecutivo no resultado do Enem 2014 por escola. Ele mede o nível socioeconômico das famílias dos alunos de cada escola. O governo federal divide os alunos e as escolas de acordo com sete níveis socioeconômicos diferentes. Mais uma vez, quase todas as escolas no "top 20" têm o indicador "muito alto", o nível mais alto da escala. Só uma escola tem índice "alto", e quatro não tiveram o indicador divulgado pelo Inep.

As médias entre alunos da escola pública e escola privada têm uma diferenciação muito significativa, separando, assim, os alunos de escolas privadas em um patamar mais alto na educação dos alunos da rede pública, que ficam inferiorizados nesse quesito. O fator de desigualdade torna-se ainda mais elevado ao comparar as escolas de mais alto padrão a escolas públicas compostas de alunos mais carentes financeiramente. É nítido que há dois polos distintos em uma mesma sociedade.

Por fim, é evidente que dois modelos de sistemas educacionais diferentes vão sempre fazer separação entre determinadas pessoas/classes, portanto, deve-se lutar para um único sistema educacional que abarque todas as classes sociais, nesse sentido, não fazendo distinção de alunos que devem ou não ter uma educação privilegiada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo foi analisado o papel da educação básica no Brasil e o seu papel perante a sociedade. E apesar de todas as modificações que a sociedade passou para chegar à educação que tem hoje, a desigualdade e injustiças socioeconômicas não deixaram de se tornar um fator corriqueiro. A educação, desde o início da história do nosso país, pertenceu à elite, que usa a educação pública como forma de controle e de permanência aos mais pobres a uma vida fadada a uma posição social estagnada.

Dessa forma, a continuação desse modelo dual de educação, que faz separação entre classes econômicas, legitimando a normalidade em dividir pessoas que devem e não devem ser privilegiadas com uma educação de qualidade, enquanto a outra parte fica para trás, esse modelo não pode ser visto como positivo em nenhum sentido, se tratando apenas de um exercício de poder, vindo de uma classe mais dominante para uma classe oprimida. A educação que é oferecida pela elite à classe mais baixa vem quase como um presente Grego, já que nada mais é do que um meio regulador, e não uma educação emancipadora como Paulo Freire defendia que teria que ser a educação.

A educação deve visar a construção de um indivíduo para um senso crítico, moldar o cidadão a ser ativo socialmente, ocupar cargos que se sintam mais livres para escolher e não uma educação que selecione e determine que a classe mais baixa estará sempre abaixo, sendo embaída dos seus direitos enquanto é explorada. A educação, portanto, deve ser desprendida de um exercício de poder, emancipando o homem.

Infelizmente, a educação no Brasil ainda é pertencente à elite, restando aos mais pobres um ensino desumano, repassando apenas o mínimo para fazerem parte da classe trabalhadora, mas nunca atingirem mais do que os que estão sendo educados pelo ensino privado. Por isso, deve-se buscar defender que haja um único sistema de ensino, cujo estado supra as necessidades intelectuais de seus alunos, e ainda as condições de acesso à cultura e ao conhecimento, capacitando e valorizando os professores do ensino básico.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-claude. *A reprodução*. Rio: Francisco Alvez, 1975.

BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Pesquisa mostra que aumenta a escolarização dos brasileiros*. 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/222-noticias/537011943/15851-pesquisa-mostra-que-aumenta-a-escolarizacao-dos-brasileiros>> Acesso em: 03 de julho. 2019.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981.

_____. *Pedagogia da Autonomia – Saberes Necessários à prática educativa*. 15ª edição ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1996.

GLOBO, G1. *ENEM 2014 por escola: veja o que as escolas “top” têm em comum*. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/08/enem-2014-por-escola-veja-o-que-escolas-top-tem-em-comum.html>/ Acesso em: 10 de agosto. 2019.

MORAN, José Manuel. *A educação que desejamos: Novos desafios e como chegar lá*/José Manuel Moran. – 5º ed. – Campinas, SP: Papirus, 2012. – (Papirus Educação).

NETO, A. S. MACIEL, L. S. B. *O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões*. p. 169-189, Editora UFPR. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a11> Acesso em: 15 de julho de 2019.

VASCONCELOS, Simão Dias. SILVA, Ednaldo Gomes da. *Acesso à universidade pública através de cotas: uma reflexão a partir da percepção dos alunos de um pré-vestibular inclusivo*. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 13, n.49, p.453-468, out./dez. 2005.